

Os contribuintes na mira dos constituintes

Enquanto a Comissão de Sistematização da Constituinte encomenda um aumento de carga fiscal mal distribuída, mal arrecadada e muito mal reaplicada, o ministro Bresser Pereira esclarece que o déficit público continua em expansão porque a receita tributária está em declínio — e vem aí um novo pacote fiscal de fim de ano, que já virou uma rotina no vácuo da distração natalina.

Estado brasileiro convertido em fim em si mesmo, o déficit público, segundo o ministro da Fazenda, trafega na bitola dos 7% do PIB neste pedaço de mau caminho que vai de setembro de 1987 a junho de 1988. A meta jurada forte do Plano de Controle Macroeconômico era a de virar o ano no patamar bem comportado de 3,5% do PIB.

E não é para menos. A despesa pública tornou-se institucionalmente rígida ou politicamente inelástica — quando submetida ao teste de quixotescos programas de "austeridade". Para cima, bem ao contrário, todos os demônios ajudam.

Paga sem saber

O pacote fiscal do fim de ano, que está no prelo desde setembro, já passou por quatro ou cinco versões inacabadas. O problema está, não no lado do aumento da base fiscal — por elevação de alíquotas ou por inven-

ção de encargos novos — mas no lado da redução dos subsídios fraudados e dos incentivos inócuos. Aumentar impostos é uma tranquilidade: os contribuintes brasileiros não aprenderam cidadania na escola e a própria estrutura tributária mumifica o contribuinte embutido no consumidor.

De cada mil brasileiros, 999 não sabem que estão pagando quatro cervejas e bebendo apenas uma. Ou fumando um cigarro e pagando seis...

Não se governa

Cortar despesas na rubrica das gorduras, dos desperdícios, das mordomias e dos amarájis constitui uma impossibilidade física. O governo, por desvio vocacional, não se governa e não se deixa governar. E eliminar subsídios na economia cartorializada do Brasil é uma parada não menos indigesta: os segmentos econômicos beneficiados vestem-se de verde e de amarelo, botam a culpa do déficit na dívida externa, pedem a cabeça das multinacionais e não admitem a privação de um único dígito no depois da vírgula.

Em junho, a manchete: "Governo acaba com o subsídio do trigo." Até inflacionaram a panela do povo por conta disso. Pois o subsídio do trigo, agora, em novembro, resiste bravamente na faixa dos 33%.

No tropicalismo

Ainda não nasceu o estadista que vai enxugar (acabar, nem pensar) a massa itinerante dos incentivos fiscais para desfrute setorial e para aplicação regional. Essa matéria deixou-se "ecolojar" como lastro irremovível da estrutura de poder (ou de manipulação do poder). Os setores econômicos beneficiados impedem até mesmo a atualização do perfil dos benefícios em função da própria dinâmica dos projetos incentivados. E as regiões contempladas encaixam os incentivos no patrimônio intocável do "federalismo tropical", de que nos fala o professor Carlos Alberto Longo.

Controle social da destinação dos incentivos? Auditoria fiscal dos resultados da aplicação? Isso vai ficar para o dia de São Nunca. A Comissão de Sistematização da Constituinte até que inovou nessa indústria de facilidades: o Poder Executivo terá de entregar ao Poder Legislativo a fascinante tarefa de produzir e distribuir subsídios e incentivos (com sua contrapartida de confiscos e compulsórios).

Caixa é poder

O novo modelo tributário recortado pela Comissão de Sistematização vai transferir 25% das receitas da União

para o encaixe direto dos Estados e Municípios. Tudo muito bem: a ordem é descentralizar o poder fiscal para desconcentrar (ou democratizar) o poder político equivalente.

O diabo é que a Constituinte "bom-mocista" vai redistribuir as receitas, mas não as despesas equivalentes. Ora, desfalçada nos impostos mas não aliviada nos encargos, a União vai cuidar, via legislação ordinária, dos pacotes fiscais de fim de ano, de suplementar os cofres sangrados a golpes de recarga tributária. Na avaliação do próprio relator da Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças, deputado José Serra (PMDB-SP), os contribuintes estão sendo esfolados pelos constituintes.

Sem retorno

Nesta altura da perplexidade nacional, só nos resta discutir nos lares e nos bares: haverá alguma maneira verdadeiramente mágica de levar o setor público a tirar de cada cruzado o serviço de um cruzado? Já não cabe discutir o quanto de dinheiro o Estado nos toma, mas o que a burocracia faz ou deixa de fazer com o nosso dinheiro.

O desvio moral do sistema está, não propriamente no governo que gasta muito, mas no governo que gasta mal.